POLÍTICA DE CREDENCIAMENTO DOCENTE (Regulamento do PPGEA) – Revisada e Atualizada em 18 de março de 2025.

Art. 19. O processo de credenciamento será mediante Edital, de acordo com a demanda e em conformidade com as determinações do colegiado do curso.

Art. 20. O docente interessado em ingressar no quadro permanente deverá entrar em contato com um dos docentes do Programa, a fim de proceder o *processo de aproximação* e consolidação na área da Educação Ambiental. Esse processo deve iniciar com carta de apresentação pelo docente permanente que fará o acompanhamento solidário para sua consolidação. Nesse período o/a professor/a em aproximação deverá participar das atividades do programa e desenvolver disciplina e coorientação em parceria com um docente permanente do PPGEA. Durante o processo de aproximação o docente não terá vínculo e constará como membro externo.

Art. 21. Após o processo de aproximação, o docente deverá participar de Edital de credenciamento. No edital deve constar o número de vagas por linha de pesquisa, determinado pelo colegiado do PPGEA.

Art. 22. O Edital de credenciamento será realizado por uma comissão composta de dois professores permanentes do PPGEA e um professor externo, designada pelo colegiado do Programa. A comissão realizará a análise da seguinte documentação:

I – curriculum vitae, modelo Lattes, dos últimos três anos;

II – produção científica;

III – projeto de pesquisa no campo da Educação Ambiental;

IV – cópia do cadastro do Grupo de Pesquisa, registrado no CNPq e certificado pela Instituição;

V – plano de trabalho que demonstre as ações desenvolvidas no processo de aproximação e a proposta de articulação com o campo da Educação Ambiental para os próximos dois anos;

VI – declaração da disponibilidade de carga-horária para o Programa e para ministrar disciplinas imprescindíveis à formação do educador ambiental, indicadas pelo colegiado do Programa.

Art. 23. A análise dos documentos pela comissão avaliadora terá como critérios para o credenciamento docente: a) ter participado do processo de aproximação antes do credenciamento; b) ter título de doutor há pelo menos 3 anos; c) ser docente efetivo de IES; d) oferta de disciplina no processo de aproximação e proposta de nova disciplina na área da Educação Ambiental; e) ter projeto de pesquisa na área da Educação Ambiental registrado e aprovado no colegiado da unidade acadêmica de lotação; f) Produção de no mínimo 2 artigos em revista com qualis A4 ou superior nos últimos três anos, sendo 1 obrigatoriamente como autor principal e ambos na área da Educação Ambiental; g) Apresentar proposta de consolidação como pesquisador na área de Educação Ambiental, comprometendo-se com os critérios de credenciamento do programa.

Art. 24. O credenciamento no PPGEA será realizado pela comissão designada, com periodicidade bianual, de preferência no período inicial e de meio termo da Avaliação Quadrienal

da CAPES. Para a permanência no programa os docentes deverão preencher os seguintes requisitos:

I – manter grupo de pesquisa na área da Educação Ambiental ativo, cadastrado no CNPQ;

II - coordenar projeto de pesquisa na área da Educação Ambiental institucionalizado;

III - orientar, no mínimo 2, e, no máximo 8, orientandos, mantendo o equilíbrio entre mestrado e doutorado;

IV – Manter produção bibliográfica na área de Educação Ambiental (1 artigo em periódico com no mínimo qualis A4, por ano do quadriênio);

V - Participar de comissões e da coordenação do programa;

VI – ofertar, pelo menos, uma disciplina por ano, de forma individual ou em colegiado.

Art. 25. Os resultados do processo de credenciamento e reconhecimentos deverão ser homologados pelo colegiado do curso, com base nos pareceres da comissão designada para tal fim pelo colegiado do PPGEA.

§1º O período de vigência do credenciamento e do reconhecimentos será de, no máximo, quatro anos.

Art. 26. Os docentes permanentes que não cumprirem com os requisitos para o reconhecimentos serão realocados para a docentes colaboradores e terão o período de dois anos para adequação as normas. Se no período determinado não ocorrer a readequação aos requisitos do artigo 23 deste regulamento, os docentes serão descredenciados, após deliberação do colegiado do Programa.

Parágrafo único. O professor permanente que possui orientandos no PPGEA e por ocasião da avaliação do processo de reconhecimentos não tiver seu relatório aprovado poderá passar à condição de Professor Colaborador, respeitando o percentual exigido pela CAPES, até a conclusão da dissertação ou tese de seus orientandos, podendo retornar à condição de Professor Permanente se atender às exigências citadas anteriormente, dentro do mesmo período acadêmico.